

Renovação institucional

O Brasil vive, hoje, um dia importantíssimo. A Comissão Parlamentar de Inquérito que, ao longo dos últimos meses, apurou minuciosamente e democraticamente denúncias de irregularidades na apreciação e execução do Orçamento Geral da União, conclui seus trabalhos. A leitura e a votação do parecer do relator, cujo início está previsto para o turno da manhã, deverão levar os parlamentares que integram a CPI a mais uma longa jornada noite adentro, segundo se prevê. Será a culminância de um árduo trabalho que merece o respeito de todos os brasileiros e comprova a injustiça com que o senso comum costuma tratar generalizadamente os políticos.

Não haverá de faltar algum gaiato a propor que a decisão da CPI, cujas linhas gerais já são conhecidas, seja incluída em algum "livro dos records" como a maior razão legítima e democrática jamais autoperpetrada por um Parlamento. Isto porque se percebe certo clima de euforia em alguns setores políticos e em algumas parcelas da opinião pública. Na realidade, há alguns equívocos e precipitações nestas atitudes.

O primeiro equívoco que se percebe em relação à CPI é dar por definitivos os seus resultados. Ora, a comissão é aquilo que o próprio nome indica: uma instância investigativa, que apura fatos e responsabilidades, mas não julga os implicados. Como em qualquer situação em que a Justiça se faça como deve, o julgamento não pode ser feito pelos investigadores que, por ofício ou designação, se tornam parte no caso.

É óbvio, a esta altura dos acontecimentos, que o episódio, ao contrário de tantas outras CPIs do passado, repetirá o desfecho da chamada "CPI do PC" cujos resultados conduziram ao *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor. Seu relatório deverá ser conclusivo quanto às denúncias examinadas e permitirá que as instâncias competentes do Legislativo — as comissões de Constituição e Justiça e os plenários da Câmara e do Senado — julguem os acusados provavelmente condenando alguns ou todos à perda dos mandatos e à ineligibilidade, sem prejuízo das ações penais

decorrentes das irregularidades apuradas.

Outro equívoco visível na forma como o trabalho da CPI vem sendo tratado é o de encarar-lo com satisfação, uma satisfação muitas vezes originária mais de ressentimentos e divergências particulares que da indignação diante dos atos cometidos. Na verdade, não há glória alguma em constatar que tantos parlamentares — como no passado o primeiro presidente eleito pelo voto popular em três décadas — cometeram irregularidades tão graves a ponto de se justificar suas cassações. É trágico que isto tenha ocorrido. Basta que se diga que, com isso, o Brasil terá que "torcer" para que nada ocorra de errado com o presidente a ser eleito no final deste ano para que ele seja o primeiro chefe de governo ungido pelo voto a concluir seu mandato desde Juscelino Kubitschek, ou seja, os mais jovens eleitores de JK andam pela casa dos 57 anos de idade. E ainda se afirma arrogantemente que o eleitor não sabe votar.

A situação só não é deprimente quando encarada de uma postura teleológica. Isto é, quando se vê, no futuro, as justificativas para o que está sendo feito hoje. Somente a convicção de que as duas CPIs fazem parte de um esforço de renovação das instituições nacionais, de "passar o País a limpo", como se tem dito, e de erigir a ética e o interesse público como fundamentos da ação política, é que dá grandeza e sentido à transformação da Praça dos Três Poderes numa imensa "lavanderia". Pela mesma razão, entretanto, é preciso ter claro que a CPI do Orçamento não encerra o processo. Há três outras CPIs em pauta (duas delas já aprovadas), que integram o mesmo esforço: trata-se das chamadas CPIs "das empreiteiras", cujo objetivo é apurar a corrupção pelo ângulo do corruptor; a "da CUT", pedida para investigar essa central sindical, mas que talvez devesse ter por escopo todas as entidades sindicais, já que a estrutura sindical brasileira, em todos os níveis, é fruto da legislação pró-fascista e apresenta inúmeros problemas; e a do financiamento de campanhas, cujo nome diz tudo.